

30 anos de Reforma Administrativa: de FHC a Lula

As propostas aprofundam a destruição do Estado Público Brasileiro

Rui Muniz

Após a promulgação da Constituição de 1988, a direita e os liberais buscaram alterar, na força de suas políticas conservadoras, os avanços garantidos, como o SUS, Direitos de Trabalhadoras e Trabalhadores Celetistas e Estatutários, entre outros. Buscam, particularmente, regredir a concepção de Estado aprovada na Constituinte e a desconstrução do Estado Cidadão e da frágil democracia conquistada. Assim, de 1990, com a eleição de Collor, passando por Itamar, FHC, Lula, Dilma e Bolsonaro, todos que se sucederam atenderam às propostas de Estado formuladas pelas elites nacionais e interesses econômicos e industriais da burguesia internacional – do Estado Social ao Estado do Capital – aplicando políticas alinhadas ao capital internacional, alinhadas às políticas dos bancos internacionais, e aos modelos de produção e relações das empresas multinacionais.

Importante destacar que, passando pelo período colonial, que vivemos no Brasil desde a época de Getúlio Vargas, quando as funções do Estado brasileiro eram reforçadas para garantir os interesses das elites - desde a tutela e controle das Relações de Trabalho, liberalidade de exploração da natureza e dos interesses econômicos, até infraestrutura e subsídios – há uma nova formulação estratégica das elites buscando, a partir de 1990, à redução do Estado brasileiro, retirando direitos e transferindo cada vez mais as riquezas do povo. Foram notadamente Reformas, da Previdência (principalmente nos governos de Lula), a Trabalhista, acompanhadas da privatização de setores estratégicos (energia, água, comunicação, estradas...), tendo sempre como centro as mudanças no Estado Brasileiro a partir das tentativas e avanços antipopulares proporcionadas por Reformas, em diferentes ambientes do Estado Brasileiro.

As Reformas de FHC

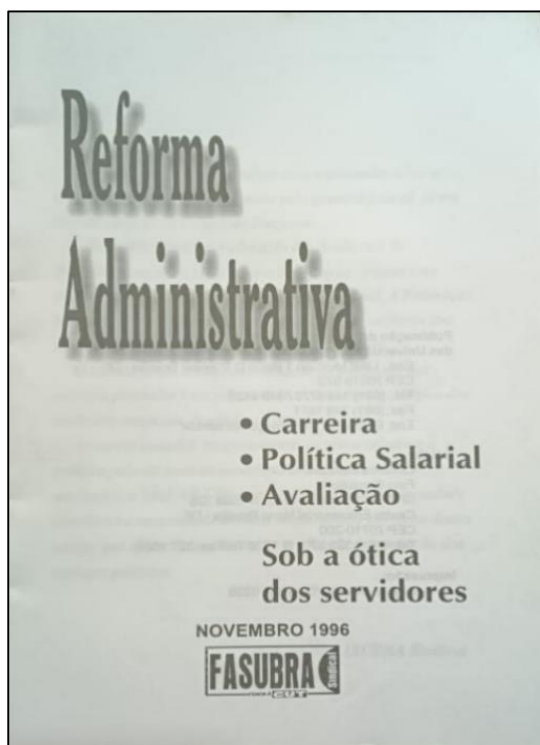
Com Fernando Henrique Cardoso o serviço público enfrentou uma série de Movimentos, Paralisações e Greves, motivadas pelas reformas que buscavam fazer ou pela política salarial restritiva, pelo congelamento de salários e pelas privatizações, que resultaram em repressão e ações judiciais contra os Sindicatos e Organizações Populares.

Nesse tempo, em 1995, a Greve histórica dos Petroleiros, uma das primeiras e mais duradouras greves durante o governo FHC, que se tornou símbolo de resistência contra as privatizações, enfrentou reformas vindas com a política do governo, como a redução

do Estado e a remessa de dinheiro a bancos estrangeiros para pagamento da Dívida. Em 1996, auge do governo liberal de Fernando Henrique Cardoso, foi também marcado por esse movimento das elites, de diminuir o Estado, a partir da precarização e terceirização das funções assistenciais, de saúde e educação, extinção de Serviços Públicos, precarização e demissão de Servidores Públicos.

Em 21 de junho de 1996 foi construída uma Greve Geral, onde 12 milhões de trabalhadoras e trabalhadores aderiram à greve, em acordo com as Centrais Sindicais. Tivemos Greves municipais e estaduais, principalmente na área de ensino. Outras paralisações importantes foram as dos trabalhadores do INSS, que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho.

Nós, Servidores das Instituições Federais de Ensino, organizados na FASUBRA, sempre fomos parte importante de resistência e enfrentamento às reformas. Nesse período, de reformas, em maio e junho de 1995, FHC extinguiu cargos de TAES e possibilitou a terceirização de cargos e funções, e tivemos greve; muitos TAE recebiam complemento salarial por receberem menos que 1 Salário Mínimo. Em 1996, abril e maio, os Trabalhadores das Universidades Públicas Federais, fizeram Greve e paralisaram suas atividades, na Luta em Defesa do Serviço Público: contra as reformas do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), para protestar contra a política salarial restritiva, a tentativa de privatização e pela reposição salarial¹.



Nesse ambiente de enfrentamento e Reformas Liberais, em novembro de 1996, a FASUBRA publica o Caderno Reforma Administrativa: Carreira, Política Salarial e Avaliação sob a ótica dos Servidores². A publicação visava contribuir com a discussão sobre a Reforma Administrativa, proposta pelo governo federal, já em fase de votação no Congresso Nacional. No texto, a ideia de avaliação da qualidade dos serviços prestados feita pelos usuários, invertendo a lógica das medições de eficácia e eficiência.

Ao serem tratados, conjuntamente, os temas relativos à política salarial para servidores públicos, carreira e avaliação, a FASUBRA tinha a proposta de mostrar à

sociedade brasileira a necessidade do mais amplo debate em torno desses temas.

¹ Revista Memorial 30 anos: Linha do Tempo - FASUBRA Sindical - Direção Nacional - 2009/2011

² Publicação da FASUBRA, com Edição da Fato Consultoria.

A Leitura da FASUBRA sobre a Reforma Administrativa de FHC em 1996 e o alinhamento com as propostas apresentadas pelo governo Lula, hoje

“A Reforma Administrativa não está pensada a partir da necessidade da função social”³

A intenção desse trabalho é apresentar os entendimentos da FASUBRA quanto às propostas de FHC e das elites em 1996, possibilitando comparar a postura da FASUBRA e as propostas apresentadas pelo governo de Lula e pelo Congresso Nacional, hoje. Mais que isso, tem por fim situar a Classe Trabalhadora, Servidoras e Servidores Públicos, que o projeto em discussão no governo Lula e no Congresso Nacional não são diferentes em suas intenções, em ideologia e a quem servem, em comparação com as propostas das elites para o Estado Brasileiro apresentadas por FHC.

A chamada do Caderno: o governo precisa respeitar a representação sindical dos Servidores⁴

A FASUBRA à época enfrentava a posição do governo de FHC, que não negociava, em um entendimento do governo que a negociação não era o caminho para resolver os problemas. Chama a atenção que os governos anteriores haviam estabelecido uma relação negocial com a FASUBRA, com o mínimo de respeito, mas essa posição do então governo FHC era marcada pelo desrespeito com a representação sindical dos servidores. Essa foi a marca do governo de FHC, não diferente das negociações com o governo de Lula, que se nega a negociar, cumprir Acordo de Greve e só é flexível nas negociações com empresários do campo e da cidade, subsidiando seus intentos privatistas e antipopulares.

Naquele momento histórico, a questão central proposta pela FASUBRA para a Carreira, por exemplo, era se o referencial de Carreira deveria ser a facilidade de administrar ou a função social que deveria ser cumprida. Esse era o debate proposto por nós, porque para tratar de dimensionamento do Estado o objetivo deveria ser as funções sociais públicas. Assim, o debate não deveria estar na lógica do administrador, mas no seu papel social de garantir a efetividade do serviço público para a comunidade. E, essa posição contraditória, é recolocada pelo governo Lula, que em uma visão de Estado Capital compromete funções sociais pela eficaz administração.

³ Caderno Reforma Administrativa: Carreira, Política Salarial e Avaliação sob a ótica dos Servidores. FASUBRA, página 19, 1996.

⁴ Caderno Reforma Administrativa: Carreira, Política Salarial e Avaliação sob a ótica dos Servidores. FASUBRA, página 7, 1996.

A FASUBRA afirmava, naquele tempo, que não havia possibilidade de garantir um bom serviço público sem servidores públicos com relação de trabalho e carreira que não os capacitasse como agentes públicos. Em comparação com o momento atual, tanto o governo de FHC quanto Lula se apresentaram como competentes, mas não se viu nenhuma iniciativa para tanto. Aliás, tanto com FHC como com Lula, em seus governos, gerenciam o Estado apenas com orientações normativas, que são alteradas a bel prazer do gestor de plantão, que sai mudando como lhe convier. A falta de clareza, a permanente (des)atualização normativa, jogando para a “justiça” a interpretação que se quiser dar, particularmente reforça a confusão desses governos que, reféns de interesses da elite, garantem e reforçam a “necessidade” das reformas que buscam fazer.

Quanto aos concursos públicos, em ambos os tempos, FHC e Lula, estavam e estão previstas diferentes contratações, porque a inexistência de concurso público alinha-se à visão patrimonialista e privatizante. Assim, também, FHC apresentava a questão da avaliação, exercida pelas chefias, não como instrumento de melhorias a partir da visão da sociedade, mas para punir e penalizar; e hoje, no governo de Lula, é defendido que a “insuficiência” deve ser punida, o que justifica a demissão, independente do ambiente e condições estruturais.

Quanto à remuneração, FHC chegou ao limite de não admitir política, nem negociação, impondo restrições aos movimentos de reivindicação, muito próximo ao que temos com as negociações e acordos não cumpridos pelo governo de Lula.

Sobre a Reformas de FHC, o caderno conclui: “...ao invés de construir elementos de recuperação no serviço público, elementos de recuperação da função social, passamos a viver um ano no qual não vimos o governo, e sua proposta de reforma, construir absolutamente nada, apenas destruir.” Isso é o que temos no desmonte que está sendo projetado na reforma do governo Lula e seus aliados no Congresso Nacional: destruição do serviço público, das relações de trabalho com servidores e transferência das funções públicas de Estado, que atendem ao povo, para as empresas privadas.

O que se destaca na proposta de Reforma Administrativa de Lula e seus aliados Liberais

Conforme matéria da Folha de São Paulo, dia 29 de setembro, o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defendeu a urgente adoção de critérios para avaliar o servidor público, com métricas de eficiência e desempenho, nos mesmos moldes dos administradores liberais de FHC. Na entrevista, Haddad demonstra o alinhamento do governo, a partir do Ministério da Fazenda e do Ministério de Gestão e Inovação, com a visão de Estado e gestão dos recursos humanos com o projeto de Reforma Administrativa em tramitação na Câmara dos Deputados.

O que é apresentado como modernização, na prática é o desmonte do Estado Social e abre espaço para a ampliação da privatização dos serviços públicos, entregando saúde, educação e assistência à iniciativa privada. Mais que isso, precariza a Relação de Trabalho com o fim da estabilidade, possibilitando demissões arbitrárias e perseguição política contra servidores. Além disso, amplia o estabelecimento de contratos temporários e terceirizações, com menos concursos públicos e arrocho salarial (salários achatados e aposentadorias fragilizadas), sustentada pela mentira dos supersalários, já que apenas 0,23% de servidores têm altos vencimentos (a maioria recebe entre R\$ 3 mil e R\$ 9 mil).

O argumento de exigir eficiência de servidores se contradiz ao não assegurar condições mínimas para que possam desempenhar suas funções. Eficiência requer orçamento compatível, contratação suficiente de profissionais estáveis, infraestrutura adequada e políticas de valorização que não estimulem a competição individual, mas a cooperação e a solidariedade. Ao atribuir ao servidor a responsabilidade pela precariedade dos serviços públicos, cria-se uma narrativa enganosa que desloca o debate daquilo que realmente importa: a ineficiência do governo e a insuficiência de investimento público. Essa estratégia não apenas desvia o foco das verdadeiras causas dos problemas estruturais, como também enfraquece o serviço público e compromete direitos essenciais da população. Nenhum pragmatismo político é neutro; toda decisão de governo reflete uma ideologia, ainda que se tente disfarçá-la sob a aparência de técnica. Apontar a estabilidade como vilã é um atalho discursivo que desvia a atenção do cerne da questão: a adesão contínua de sucessivos governos à lógica liberal, que transforma o Estado em mero executor das exigências do rentismo. O resultado é um modelo em que a prioridade se torna o superávit primário para pagamento da dívida a milionários, em detrimento da ampliação e valorização dos serviços públicos. Se a reconstrução mínima da administração federal já exigiu quase dois anos após o desmonte promovido pelo governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, somado às reformas que acontecem desde FHC, é preciso refletir sobre o que representaria a flexibilização da estabilidade e do processo de admissão: um retrocesso profundo, capaz de fragilizar a integridade do serviço público, ampliar a vulnerabilidade das instituições e corroer os próprios alicerces da democracia.⁵

Proposta de Reforma Administrativa

A proposta de Reforma Administrativa foi apresentada pelo Coordenador do Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa Câmara dos Deputados, Deputado Pedro Paulo, circulando a partir de hoje, dia 02 de outubro - Relatório Final, Legislação e Proposta de

⁵ Parágrafo com referência à Carta da ASAV - Sindicato dos Técnicos Administrativos da Universidade Federal de Viçosa - e entidades solidárias - aos Deputados e Deputadas da base governista da Câmara dos Deputados. 01 de outubro de 2025

Emenda à Constituição. A proposta está concebida em 4 eixos, com 70 propostas legislativas e constitucionais. Essa proposta precisa ser discutida na base de TAE e com a sociedade. Por seu conteúdo regressivo quanto a direitos da sociedade, da classe trabalhadora e servidores, precisa ser enfrentada nas ruas, com Greve de Servidores e mobilização das Centrais Sindicais, Movimento Estudantil e Organizações Populares.

Se a Reforma passar, o que vai acontecer ⁶

- desconstitucionalização dos Serviços Públicos
- extinção do RPPS
- ampliação da possibilidade de demissão
- redução de jornadas e remuneração
- caracterização mais definida de Cargo exclusivo de Estado, com direitos relativamente garantidos
- demissão justificada por limite de despesa e ajuste fiscal
- demissão pós decisão colegiada e não por decisão administrativa
- demissão por resultado insatisfatório de desempenho (duas vezes seguidas ou três vezes alternadas), sem considerar condições de trabalho e não possibilitando contraditório e ampla defesa
- contratação temporária
- terceirização de funções e privatização de Serviços Públicos, caracterizado no Artigo 37^a da PEC 32, na forma de “cooperação com empresas”
- regras restritivas para os novos empregados públicos
- utilização obrigatória de plataformas digitais, possibilitando o aprofundamento da terceirização e a extinção de cargos e postos de trabalho
- ...

Não à Reforma Administrativa e pelo cumprimento do Acordo de Greve

Do rio ao mar, a Palestina será livre



Porto Alegre, 02/outubro/2025

⁶ https://www.youtube.com/watch?v=tnZ_dG2P2D4